

Policy Paper

REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA CULTURAL

janeiro 2024

OBSERVATÓRIO DA CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Título

Reflexões Sobre Política Cultural

Autores

Observatório da Cultura e Comunicação Social

Luísa Mellid Monteiro e Maria Manuel Pinto Barbosa (Relatoras)

Data

Janeiro de 2024

Reflexões Sobre Política Cultural

O presente texto foi elaborado em conjunto pelos quinze membros mais participativos nas reuniões havidas via zoom sobre a Cultura em Portugal e é, de algum modo, fruto de reflexões conjuntas que se foram consolidando sem, no entanto, se assumirem como terminantes, uma vez que as opiniões não foram absolutamente condizentes, antes matizadas em vários graus, embora no mesmo sentido.

Sendo o objeto de estudo, vasto na abrangência que o mesmo traduz, a primeira tarefa foi a de conseguir espelhar o nosso trabalho ao longo do ano de 2023, determinando um enquadramento passível de partilhar apreciações e pontos de vista.

A consensualização não foi fácil, dado – para além da dificuldade referida – existirem envolvências particulares aos diferentes membros do grupo, que circunscreveram, à partida, o trabalho desenvolvido enquanto primeira reflexão do Observatório.

Organizados os pressupostos, os mesmos foram enquadrados em três vetores, considerados prementes, e estes estratificados em três áreas, de modo relativamente genérico: as Autarquias, o Estado e as Instituições Privadas.

1 – Património

a – Material – museus, legado (monumentos, obras de arte), tradição

- i. Papel das autarquias
- ii. Papel do Estado
- iii. Papel do Mecenato, Fundações, Instituições Privadas

b – Imaterial – criação contemporânea, artes vivas (atuais e tradicionais - orais)

- i. Papel das autarquias
- ii. Papel do Estado
- iii. Papel do Mecenato, Fundações, Instituições Privadas

2 - Educação- Responsabilidade Cultural – cidadania (jovens), escola, universidade, os seniores

- i. Papel das autarquias
- ii. Papel do Estado
- iii. Papel do Mecenato, Fundações, Instituições Privadas

3 – Língua e interculturalidades – livro, bibliotecas, línguas, imigração (o português como língua de integração;

- i. Papel das autarquias
- ii. Papel do Estado
- iii. Papel do Mecenato, Fundações, Instituições Privadas

Tendo sido estes os temas previamente escolhidos como prioritários, no que concerne os pontos de partida para uma reflexão a prosseguir, foram seguidamente fixados depois de depurados de considerandos adjacentes.

Apesar de se constituir apenas como uma primeira reflexão, gizada sob a forma de uma Carta genérica e meramente indicativa de alguns sectores fundamentais do Universo da Cultura, não podemos deixar de atentar que cada área integra um infindável número de disciplinas artísticas e de saberes diferenciados, desde o momento da Criação original até à Produção, Divulgação, Mediação, Preservação, Comercialização, para referir algumas.

1 – Património

Considerando a mudança geracional nos últimos 30 anos, e o franco aumento da massa crítica no país, fruto da disseminação das escolas superiores e politécnicos em todo o território, facilmente se constata que o país não é o mesmo dos anos 90. Há quadros jovens qualificados nas autarquias e existem dinâmicas culturais que estão a mudar as referências e os modelos centralistas das "políticas culturais", muito embora persista a velha lógica do "terreiro do paço". Os municípios de 2023 não são os do passado século, investem em Cultura como nunca investiram.

A complementar esta realidade, temos uma outra, o surgimento de inúmeras estruturas culturais, espalhados um pouco por todo o país, como fundações, museus, casas-museus, entre outras, que têm alterado profundamente a vivência da Cultura lato senso, assim como as culturas específicas das populações, criando diversidade cultural e proximidade, e valorizando assim o património material e imaterial, ao contratar e absorver quem sai das universidades e politécnicos.

A agenda ambiental é hoje imperativa nas políticas públicas, a emergência das ações de contenção e de sustentabilidade visam um reequilíbrio que, em matéria de desenvolvimento futuro (económico e social) vem colocar no mapa, decisivamente agora, o Património e a Cultura – no plural, na diversidade das suas manifestações. Ou seja, a necessidade estratégica de políticas culturais que, só poderá ser transversal e tocar a todos os sectores de governação.

O que acontece, na realidade, é que Lisboa, Porto, incluindo as suas áreas metropolitana,s concentram praticamente 2/3 da população do país, e não parece que essa evolução seja sustentável no futuro. A chamada "coesão" nacional terá forçosamente de ir mais longe do que o discurso de intenções, e os 3.200Km de autoestradas que temos têm de inverter a tendência de migração para o litoral.

Ou seja, contrariando a evolução e a renovação da oferta cultural aí concentrada, é para o "interior" que o desenvolvimento terá de se focar. Atrair as pessoas, estimular fiscalmente as empresas e os jovens que queiram sair dos centros urbanos, sublinhando a já existência de patrimónios e culturas em todo o território que é necessário valorizar, valorizando assim, também as pessoas.

Tal como a língua e a integração cultural, uma constante necessária, o Património histórico ou contemporâneo constitui a marca de uma comunidade, a identificação de um território, e a herança que une as múltiplas gerações ao longo do tempo. Até hoje, e para o futuro.

Atenhamo-nos ao Património Material (Físico e edificado, Sítios Históricos, Monumentos, Palácios, Jardins, sítios arqueológicos, conjuntos e edificados urbanos, estatuária, parques, Museus, Património aquático e subaquático, coleções de Arte, para enumerar alguma tipologia); e ao Património imaterial (Músicas, criação contemporânea, artes vivas, tradições, etc).

O Património não só envolve uma dimensão simbólica, artística, e cultural muito forte, como também tem uma relevantíssima dimensão social e impacto económico.

Sem ter sofrido as devastações das duas grandes guerras mundiais, Portugal tem um património edificado de características únicas no contexto europeu, o que constitui um enorme potencial de investimento em salvaguarda, recuperação e valorização.

Temos um país pequeno, mas profundamente contrastado na geologia e na paisagem, onde se cruzam o xisto, o granito e o calcário, e onde essas culturas (materiais e imateriais) apresentam uma diversidade que só enriquece o potencial de mais-valia que esse Património representa.

Na área do edificado, segundo números de 2020, apenas 12% do volume de negócios da construção civil é dedicado à recuperação/reabilitação de património.

A média europeia é já de 40%, e os nórdicos já ultrapassaram os 50%. Ou seja, no futuro cada vez se construirá menos obra nova e mais se há de reabilitar.

Um dos problemas é que há, de facto, uma enorme falta de mão de obra qualificada. Há que investir na formação e nos "ofícios do património", de forma a responder a essa necessidade, alimentando assim, positiva e sustentadamente, o emprego e a economia.

A recuperação, valorização e divulgação exige uma enorme diversidade de profissões, ofícios e saberes qualificados aos mais diferentes níveis, e acarreta a criação de emprego, induz o desenvolvimento económico e a fixação de recursos humanos, contribuindo decisivamente para a coesão do território, a formação e o do sentimento identitário, a memória histórica, o apelo à criatividade, para além de um óbvio impacto positivo no futuro do turismo.

O Turismo é outro fenómeno incontornável, agora francamente ascendente através do chamado "turismo cultural", mas que, mantendo-se tal como existe, em modo "caça-níqueis", pode evoluir negativamente, desligado de uma estratégia de longo prazo e de sustentabilidade. Nesses pressupostos, e em boa Economia de recursos, o turismo poderá/deverá vir a ser um aliado importante do Património Cultural (material e imaterial), investindo e valorizando sem destruir.

Educar no sentido de conhecer o Património (tal como no Ambiente) torna-se também uma prioridade, nos currículos escolares do ensino primário (História Local), e no secundário.

Um dos parentes pobres da nossa política Cultural tem sido a área dos Museus, nomeadamente os Museus Nacionais pobremente dotados e concebido, como é o caso do Museu de Arte Antiga, a que falta escala, visão e modernidade, embora seja no campo da área museológica que mais responsabilidades impendem sobre o Estado e o Governo Central.

Houve e há muita polémica, mas nada foi avante; a título de exemplo, recordemos o icónico Pavilhão de Portugal que ao fim de 20 anos não apresenta ainda uma missão relevante, bem como o destino do edifício da Cordoaria.

No quadro da aquisição de coleções e legados de privados, vale a pena refletir na forma como, o Estado Central, as Autarquias e as Instituições se entrecruzam e complementam, e se não existem duplicações, assim como qual o balanço dos progressos conseguidos, nomeadamente quanto ao papel das autarquias. Neste caso, a principal dificuldade é o facto de que acolher legados ou coleções custa muito dinheiro, nomeadamente no que ao espaço, à manutenção e à conservação diz respeito.

A análise de novas incorporações deve caber ao Estado Central; grande parte das autarquias já possuem um Património mais ou menos importante. O problema é que este se encontra, muitas vezes, em estado de semiabandono, pelo que a estas deveria apenas caber o papel da preservação do Património que já possuem, de investimento na divulgação do mesmo e na animação dos espaços, atraindo e formando públicos.

Também a decisão sobre essas novas incorporações deve caber, pois, ao Estado Central, embora exista uma questão muito importante neste capítulo: a revisão da lei, de forma a permitir que os museus possam gerir o dinheiro que os privados lhes confiam para complementar orçamentos que, por regra, são demasiado curtos.

Podemos assumir que na Cultura e nas Artes, as grandes exposições, eventos e Festivais constituem um fator competitivo para a atratividade das cidades, assim como a importância das efemérides na celebração de datas ou personalidades.

Mas para além de cultivar a memória histórica, criando fios de identidade entre as gerações, é importante criar marcas, como as que já existem em casos paradigmáticos, como o da Fundação Calouste Gulbenkian, a Expo 98, ou ainda Serralves, que sedimentaram marcas prestigiadas.

2 - Educação e Responsabilidade cultural

A responsabilidade cultural e pedagógica da Escola, das Universidades e das instituições culturais subsidiadas: Teatros, Orquestras, Museus, Casas de Cultura deve ser uma das contrapartidas dos subsídios concedidos.

Coloca-se aqui uma questão crucial, no sentido de perceber qual a lógica que preside a que certas estruturas com décadas de existência tenham / possam / devam concorrer em pé de igualdade com outras acabadas de formar, criando grandes assimetrias e escusada ansiedade em todos os envolvidos.

No que a concursos ainda diz respeito, uma outra questão redundando num manifesto erro, prende-se com aqueles especificamente dedicados a diretores, cujas condições apenas permitem que os verdadeiros candidatos sejam jovens, muitas vezes com formação, mas sem experiência, ou então técnicos do próprio Estado, que tendo lugar de carreira, podem ser durante alguns anos diretores e posteriormente regressar à base.

Mas há, igualmente, que apelar à responsabilidade cultural e social das empresas; de onde a existência de mecenato, que não é hoje atrativo, seja a nível individual ou de empresas, sejam Bancos, grandes marcas tecnológicas, desportivas, que têm como contrapartida, uma recolha de benefícios sociais, de marketing e de imagem.

Dever-se-ia, também, para além da reintegração de empregados com competências afins e de pleno direito, afetos a outras áreas, apelar ao voluntariado nos serviços de bibliotecas, museus, escolas, clubes de bairro muitas vezes com funções sociais e culturais ou até artísticas interessantes. Não se trata, porém do voluntariado que frequentemente se confunde com boa-vontade pontual e com generosidade temporária; trata-se de desafiar verdadeiros técnicos especializados e ex-empregados do setor (aposentados, por exemplo).

Quanto às Autarquias, sobretudo as mais pequenas, estas constituem as maiores empresas e os maiores empregadores. Não raro, famílias inteiras nelas trabalham, juntando por vezes avós e netos. Deste modo, os funcionários têm um peso esmagador nos cadernos eleitorais, pelo que se deteta uma tendência em criar juntos a eles e aos seus próximos, uma rede de clientelismo.

Embora a massa crítica tenha melhorado em todo o país, as autarquias são propensas a apoiar com meios financeiros consideráveis a cultura mais popular, sobretudo, a que enche auditórios. Contratar um cantor, que faz carreira para si e a descendência, outrora carinhosamente tratado

por «pimba», arrebanha multidões e entusiasma os autarcas, que vislumbram acréscimos de popularidade quando se veem acotovelados no meio do povo.

Cabe aqui uma ressalva importante, que convém não descartar; trata-se de uma realidade que existe transversalmente, uma cultura local, mais tradicional e veiculada popularmente, que pode e deve, desta forma, ser estimulada e que inclui, nomeadamente os ranchos folclóricos, as bandas filarmónicas e outras manifestações que constituem o acervo das comunidades, sobretudo não urbanas.

De resto, existem equipamentos mastodônticos, graças a um financiamento finalmente significativo no âmbito da cultura que acolhem multidões. Infelizmente os programas propostos são demasiadas vezes sessões de anedotas contadas por um único protagonista, num palco vazio, muitas as sessões, sobretudo de Verão, que passaram a ter o nome sonoro de stand up comedy; os nomes sonoros vindos de fora são sempre bem acolhidos, embora os seus cachets sejam sempre muito elevados, ao contrário das atividades que não atraem multidões.

Outra questão que seria muito aliciante analisar, é o facto da sociedade civil não permitir, através da sua dinâmica própria, o aproveitamento de estas estruturas, completamente ou quase completamente dependentes do Estado e outros organismos a ele associados.

Apesar do incremento de quadros autárquicos cada vez mais qualificados, a cultura mais erudita é olhada de soslaio; não entusiasma os governos das autarquias. Tem de ser sempre muito regateada, deixando sempre nos proponentes com um estranho sentimento de culpa.

A título de exemplo, nos últimos trinta anos têm surgido, felizmente, escolas de música e conservatórios que têm dado origem a um leque já vasto de instrumentistas e performers, trazendo um acréscimo de sensibilidade e cultura ao público mais bem informado.

Muitos destes artistas são, porém, “empurrados” para fora do país, pois saber tocar bem e não ter onde, desmoraliza facilmente o mais otimista.

A este propósito, é de lamentar que neste âmbito – infelizmente não o único – já é uma realidade que o maior número de jovens, nos domínios artísticos – e na música erudita com maior incidência – realiza já a correspondente licenciatura no estrangeiro e (mais dramático ainda) acaba por aí ficar.

A formação de públicos para eventos eruditos deveria merecer atenção das escolas e dos municípios. É uma das questões centrais da cultura, mas só se fará se deixarmos de olhar com desconfiança, desvalorizando, as diferentes manifestações culturais – em particular, as expressões

juvenis – sendo capaz de mostrar como a cultura não é um luxo de alguns, mas uma necessidade vital, ou seja, se for transmitida com paixão.

Para tal, as escolas têm de se assumir e tornar polos culturais, e as instituições culturais (Teatros, Museus, Centros Culturais, Lugares de património...) territórios educativos (ao longo da vida). É isso que preconiza o Plano Nacional das Artes (pna.gov.pt), olhando para cada cidadão como um agente cultural fundamental no seu km², deixando a sua pegada nesse ambiente cultural.

Deveríamos relativizar as políticas de democratização da cultura, apenas, para promover políticas de democracia cultural, deixando o paradigma de “fazer para” e passar a “fazer com” – como insiste a Carta do Porto Santo, com medidas concretas dirigidas aos decisores políticos, às instituições culturais e educativas e aos cidadãos (portosantocharte.eu).

Ainda na mesma temática, cabe insistir que, mais do que especificamente no orçamento, é na programação cultural que o cerne do problema se encontra – independentemente do facto que a cada instituição deva ter a sua programação e autonomia – uma vez que não se consegue compreender a falta de uma estratégia partilhada de planeamento e calendarização das várias ofertas programáticas.

Esta circunstância leva a que, frequentemente, haja por parte das várias instituições, uma sobreposição no que concerne à mesma oferta cultural.

A referida situação, dificilmente compreensível, reflete uma clara falta de otimização de recursos e é especialmente gravosa quando sabemos que o investimento das referidas instituições é, em grande parte, dependente do Estado português.

3 – Língua e interculturalidades

Quando nos referimos à Política da Língua, transversal a todas as artes e eixo central de ligação e integração numa comunidade, devemos refletir igualmente em vários patamares.

Assim, ela difere quanto à sua análise se nos referirmos e atentarmos na língua falada e expressão do quotidiano, na língua literária e poética, na língua técnica, comercial, política, e outras cuja terminologia apenas se compreende em contexto, ou ainda a língua entendida como veículo primordial de integração dos imigrantes.

A língua portuguesa, para lá do efeito das mestiçagens várias e do forte impacto das novas tecnologias globais na escrita e na fala, confronta-se, na realidade, cada vez mais com uma nova Língua Franca - a Inglesa/Americana - que impera globalmente seja na Internet, no mundo audiovisual, ou ainda nos domínios financeiro, científico, tecnológico, artístico, comercial ou quaisquer outros.

Acresce igualmente, que o inglês é já hoje utilizado nas aulas, em várias universidades portuguesas como língua de informação e conhecimento, sobretudo no campo da economia, finanças, engenharia ou medicina, em Universidades onde se pretende acolher um crescente número de estudantes estrangeiros.

Tem, por isso, de haver uma reflexão e decorrente pedagogia sobre o estado de desenvolvimento e proteção da nossa Língua, sobretudo numa sociedade cada vez mais global e aberta ao exterior, como a nossa.

O desenvolvimento da língua - Escrever, comunicar e falar é sobretudo objeto de um problema de literacia ou iliteracia dos alunos que se pauta por uma crescente dificuldade na escrita e na fala, com classificações baixíssimas na disciplina de Português, que desagua num impedimento de aprendizagem correta e num correto o uso da língua escrita e falada, o que leva a ter a máxima atenção à necessidade de avaliação das escolas, dos programas e dos métodos de ensino, com especial ênfase na gramática, presentemente com nomenclaturas absolutamente aberrantes.

Existem ainda outras questões cruciais para o desenvolvimento das nossas competências linguísticas, nomeadamente o acesso ao livro, considerando, nomeadamente, o seu preço elevado. Neste sentido, o acesso ao livro digital é uma grande ajuda, mas é preciso promover a utilização de sistemas digitais de empréstimo, assim como intensificar a digitalização das nossas Bibliotecas, o incentivo e a facilitação no acesso.

Também a importância das Políticas de tradução, nomeadamente a tradução escrita – com profissionais com diferentes especificidades em obras literárias, técnicas e científicas; assim como a tradução oral - com Intérpretes especialistas em conferências e debates, na indústria do áudio visual (filmes, séries televisivas, legendagem nas peças de teatros e nas óperas).

São ambas especificidades de ensino que deverão ser atenta e intensivamente estudadas e promovidas através do acesso a competências e saídas profissionais relevantes.

Cabem neste capítulo as traduções que divulgam autores portugueses, e a tradução de autores universais, mesmo que em franco crescimento nos últimos anos, e a propagação do conhecimento dos autores e textos dos países de origem dos imigrantes que nos visitam ou vivem aqui.

É com algum constrangimento que assistimos ao nascimento do Museu da Língua Portuguesa em São Paulo, um projeto extraordinário que não foi nem pensado nem acompanhado por Portugal, país criador e exportador da língua.

Mas não só. É necessária uma verdadeira integração de proximidade e descentralizada.

A imparável vaga de mobilidade humana, tenha ela origem em fenómenos climáticos que têm destruído as já frágeis economias, sobretudo de África resultando na impossibilidade de sobrevivência em determinadas regiões, pressupõe da parte de Portugal uma resposta baseada na realidade presente tendo em conta erros cometidos no passado por outros países.

Com efeito e em primeiro lugar, até ao momento o nosso país trem vindo a ser “poupado” ao drama das embarcações abarrotadas de população em fuga. Porém tanto o presente como o que se adivinha com facilidade do futuro, é que esta situação não se mantenha por muito mas tempo, uma vez que somos fronteira externa da EU e estamos em fronteira indireta com o Norte de África.

Cabe, pois, assumir a necessidade de uma política migratória que, sem paternalismos, assegure uma integração social e cultural que renove o tecido demográfico e estrutural do nosso país sem que se percam os valores conquistados há anos.

Portugal enfrenta o maior inverno demográfico de toda a Europa. Mas acresce que ainda enfrenta a desertificação duma parte muito significativa do seu território.

Face a estas duas realidades, às quais acresce a necessidade dos nossos pequenos e médios empresários de encontrar, pelos meios e vias legais, mão de obra, importa fomentar uma política de Imigração de Proximidade que envolva as autarquias.

Desde sempre o nosso país teve uma regionalização não assumida. São as autarquias os melhores “governos” de proximidade, que podem e devem exercer a função de integração destes novos residentes.

Uma política de descentralização que abarque todo o território no que se refere à colocação destes imigrantes, bem como ao apoio que lhes possa ser dado em termos de serviços da administração do Estado, nomeadamente no que se refere à sua legalização, tem inúmeras vantagens: Se por um lado, retira pressão aos grandes centros urbanos, por outro reativa as estruturas sociais, económicas e até mesmo culturas das regiões do interior, até agora deprimidas.

Existem já alguns exemplos ad hoc de projetos deste tipo, mas é de todo o interesse ter uma política integrada de regionalização e integração descentralizada, que possua requisitos e procedimentos genericamente aprovados e assumidos de modo que a política de migração, acolhimento e integração seja um projeto consistente e vencedor.

Do Governo deve exigir-se uma orientação clara de estratégias para o território, para além de um esforço visível de investimento na valorização e no reforço de quadros da administração pública, sobretudo nas áreas emergentes do Património Cultural, uma vez que, por exemplo, a atual média etária dos quadros da extinta DGPC é de 55 anos.

Na verdade, quanto maiores vão sendo as responsabilidades normativas, menor vai sendo a capacidade instalada de resposta.

Propostas de prioridades na prática governativa da área da Cultura:

o Um investimento quantitativo e qualitativo nos Museus e Monumentos Nacionais. Com autonomia e plurianualidade (simbolicamente aqui se mencionou variadas vezes a necessidade de um "número de contribuinte para os Museus e Monumentos");

o Um investimento quantitativo e qualitativo nas Orquestras, Bailado, Ópera e Teatros Nacionais. Idem, no que concerne às Fundações públicas, no âmbito da sua missão cultural. Uma política de "fomento" clara e transparente nos concursos/apoios/subsídios, não clientelar, sem políticas de gosto e necessariamente articulada com as regiões e os municípios, o que infelizmente ainda não é evidente;

o A atribuição, à Cultura, de um estatuto claro, enquanto fator e pilar de desenvolvimento social e económico no território;

o O desígnio de promover a fixação de migrantes em áreas de baixa demográfica, permitindo desta forma renovar o tecido social, económico e demográfico de regiões deprimidas do interior;

o A assunção da transversalidade das prioridades atrás referidas, não só no(s) discurso(s) mas no concreto dos projetos e das ações governativas.

O Exige-se igualmente uma Lei de Mecenato, que seja muito mais do que uma nota de rodapé.

Por todas as razões, e não só pelas invocadas, os 255 milhões de euros do PRR para a Cultura deveriam ter sido objeto de uma Carta de Intenções e de objetivos claros, de onde se construísse uma estratégia clara a seguir.

É opinião de este Observatório que seria do maior interesse que a SEDES organizasse uma conferência sobre o Estado da Arte na Área da Cultura, nomeadamente no campo do Património e Museus, quanto às mudanças que se esperam da nova legislação, assim como qual o destino e as prioridades a dar aos dinheiros do PRR, que incluía igualmente as alterações surgidas, a título de exemplo, a partir da implementação com o novo arquivo do Som, ou da modificação de estatutos exemplo, do Museu Berardo.

20

Sobre

A SEDES

A SEDES é uma das mais antigas associações cívicas portuguesas, operando, desde 1970, como um “think tank” independente, comprometido a pensar Portugal ao centro. A sua missão é promover o desenvolvimento económico e social do país, através de contributos especializados e plurais em vários setores das políticas públicas.

24